

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A SUPLEMENTAÇÃO DA MULHER GESTANTE: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Autores: MARIA FERNANDA ALVES DE BRITO, CARLOS ROBERTO SANTOS LIMA, ANA CAROLINY RODRIGUES GAMA, MIRELA LOPES FIGUEIREDO

Introdução

A saúde, na Constituição Federal de 1988, é um direito de todo cidadão, garantido mediante políticas sociais e econômicas. Resulta nas condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso ao serviço de saúde impondo a integração de um conjunto de políticas públicas implementadas por diferentes setores de governo (BURLANDY, 2009).

Neste contexto, aprovada em 1999 e unindo os direitos e conceitos anteriores, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição - PNAN propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação de todos. Mostrando que a alimentação e nutrição são requisitos básicos da saúde humana. E este fato resulta em uma boa promoção e proteção do bem estar de uma população, que possibilita um potencial eficaz no crescimento e desenvolvimento de um indivíduo, lhe dando uma boa qualidade de vida em todos os ciclos vitais (BRASIL, 2012).

A gestação, bem como o puerpério e a lactação, são fases importantes do ciclo de vida da mulher. Para uma assistência à saúde de qualidade prestada nesta fase, o estado nutricional materno, assim como o ganho de peso gestacional, deve ser acompanhado rigorosamente pelo profissional junto a gestante pois o estado nutricional pode interferir na formação do feto como doenças crônicas não transmissíveis (BAIÃO; DESLANDES, 2006; MELO, *et al.*, 2007).

Este estudo tem como objetivo apresentar uma revisão da literatura sobre a temática das políticas públicas para suplementação da mulher gestante e a relevância das mesmas. Justifica-se a realização deste estudo devido a importância do tema para a saúde pública, principalmente para gestantes, puérperas e recém-nascidos, que necessitam de um maior aporte de nutrientes devido às mudanças fisiológicas que os acometem na fase de vida em que se encontram especificamente, fazendo-se necessário o uso de suplementações de ferro, ácido fólico e vitaminas, com o intuito de prevenir agravos decorrentes da falta deles.

Material e métodos

Trata-se de uma revisão de literatura em que se realizou busca nas bases de dados eletrônicas, Scientific Electronic Library Online (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BIREME) e Google Acadêmico de documentos oficiais do Ministério da Saúde, artigos científicos publicados em periódicos e disponibilizados na íntegra e na língua portuguesa.

Para a realização de busca utilizou-se os seguintes descritores e a combinação entre eles: Políticas Públicas; Segurança alimentar e nutricional; Gestantes; Ácido Fólico e Ferro. Em busca de contemplar os objetivos deste estudo, foram incluídos os artigos que tivessem foco nas políticas públicas voltadas para a suplementação da mulher gestante e também as aplicações na prática das mesmas e foram excluídos os artigos publicados antes do ano 2004, que não abordavam questões atuais a respeito da temática .

Para que houvesse a elaboração do presente estudo, foram localizados nas buscas um total de 28 artigos disponibilizados na íntegra e de forma gratuita, dos quais oito foram utilizados para a elaboração da presente revisão literária, cinco documentos oficiais, entre os anos de 2004 e 2016, dos quais um foi utilizado.

Os artigos foram selecionados com base em seus títulos e resumos levando em conta os critérios de inclusão e exclusão. A partir daí, foram lidos na íntegra e categorizados aspectos relativos à área, objetivos, delineamento, características da amostra estudada, tipo de políticas públicas, variáveis estudadas, principais resultados e conclusões.

Resultados

Com a realização da revisão de literatura foi possível identificar nove estudos (oito artigos e um documento oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), que demonstram a importância da suplementação adequada de nutrientes para as gestantes. Com a leitura desses estudos pode-se também ter a percepção da importância do papel dos profissionais de saúde para passar as informações necessárias como forma de prevenir agravos diminuindo as chances de doenças futuras acompanhando as gestantes desde o início do pré-natal de maneira correta.



O Ácido Fólico possui grande importância na prevenção de doenças e para manutenção da saúde, sendo uma vitamina do complexo B. A necessidade do uso dessa vitamina em maior quantidade durante a gestação é em decorrência do aumento do volume urinário excretado e da rápida divisão celular embrionária. A deficiência pode ocasionar defeitos no fechamento do tubo neural, que ocorre durante quatro semanas após a concepção, dependendo do local de ocorrência e do tipo de falha o recém-nascido pode ter consequências graves, sendo elas, morte ou sequelas como anencefalia e espinha bífida, por isso a importância de iniciar o uso do ácido fólico durante o período pré-gestacional (ESPOLADOR, *et al.*, 2015).

Diante da grande prevalência e das consequências ocasionadas pela falta do ferro, em 2005 foi instituído o Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF) no Brasil pela Portaria nº 730, preconizando assim a suplementação para crianças de 6 a 18 meses de vida e para gestantes a partir da 20ª semana gestacional até o 3º mês pós parto ou pós aborto. O PNSF é considerado uma ótima estratégia em busca de combater a carência de ferro nas mães e nos recém-nascidos, porém ainda falta mais incentivos e conhecimentos a cerca da suplementação profilática no Brasil, o que gera um desafio para a melhoria da saúde pública (OLIVEIRA; NASCIMENTO; MOREIRA, 2014).

Em 2013 a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou a Diretriz: Suplementação de Vitamina A em gestantes onde consta recomendações globais e baseadas em evidências sobre o uso de suplementos de vitamina A em gestantes para prevenir a morbidade, mortalidade e cegueira noturna em populações que a deficiência de vitamina A possa ser um problema de Saúde Pública (OMS, 2013).

A vitamina B12, ou cianocobalamina, é uma vitamina hidrossolúvel. É encontrada com facilidade no fígado, por manter as células vermelhas do sangue saudáveis e reduzir danos no DNA. Essa vitamina tem fonte natural restringida em alimentos de origem animal, ovos, leite e carne (GIACOMELLO, *et al.*, 2008).

Conclusão

As evidências científicas acerca do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a suplementação da mulher gestante mostram que são garantidos a mesma o acesso a esses benefícios. Cabe aos profissionais das Unidades Básicas de Saúde, principalmente médicos e enfermeiros que acompanham as mulheres durante o pré-natal de baixo risco atentar-se para o cumprimento de ações que coloquem em prática o que está preconizado, garantindo assim a saúde do binômio mãe e filho, já que os cuidados prestados durante a gestação refletem na saúde, crescimento e desenvolvimento infantil.

O presente estudo possibilitou um maior conhecimento sobre a importância dos programas de suplementação para as mulheres durante a gestação. Percebeu-se também que há poucos estudos voltados para as políticas públicas, considerando que ações com foco na saúde materno-infantil no Brasil foram priorizadas por muito tempo. Desse modo, evidencia-se a necessidade da realização de estudos que busquem compreender essa temática de forma mais aprofundada.

Referências bibliográficas

BAIÃO, R. M.; DESLANDES, S. F. Alimentação na gestação e puerpério. *Revista de nutrição online*, Campinas, São Paulo, v. 19, n. 2, março - abril, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732006000200011>. Acesso em: 10 setembro 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde*. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 851-860, junho, 2009. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63013535020>>. Acesso em: 07 Setembro 2017.

GIACOMELLO, A. *et al.* Validação relativa de Questionário de Frequência Alimentar em gestantes usuárias de serviços do Sistema Único de Saúde em dois municípios no Rio Grande do Sul, Brasil. *Revista brasileira de saúde materno infantil*. Recife, v. 8, n. 4, p. 445-454, outubro - dezembro, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/101816/000692693.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 Setembro 2017.

Realização:

SECRETARIA DE
DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO
E INOVAÇÃO SUPERIOR

Apoio:



MELO, A. S. O. et al. Estado nutricional materno, ganho de peso gestacional e peso ao nascer. *Revista brasileira de epidemiologia [online]*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 249-257, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-790X2007000200012>>. Acesso em: 10 setembro 2017.

OLIVEIRA, T. G.; NASCIMENTO, S. V. S.; MOREIRA, P. V. L. O Programa Nacional de Suplementação do Ferro na ótica dos profissionais de Nutrição de Cabedelo - PB. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, v. 18, n. 2, p. 121-130, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/rbcs/article/view/14990/12916>>. Acesso em: 22 agosto 2017.

OMS. *Diretriz: Suplementação de vitamina A em gestantes*. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2013.